

## FOUCAULT: PODERES DIFUSOS/SABERES DESQUALIFICADOS

Ilma Rezende Soares\*

### Resumo

*O texto trata do poder em Foucault. Situa, rapidamente, a 'démarche' de sua análise: esta não tem como eixo a contradição capital/trabalho, nem toma o Estado como instância central de poder. Em seguida, de forma também breve, é comentada a diferença entre os poderes soberano e disciplinar, momento em que é tratada a 'microfísica do poder'. O poder é visto como relação na qual todos o possuem e são por ele possuídos. Fica a interrogação: onde reside o domínio? Ou será melhor perguntar: como ele se efetiva? O poder deve ser compreendido em sua positividade e possibilidade de resistência, caracterizando, pois, uma relação de luta entre forças opostas. Daí a possibilidade eterna de apropriação dos discursos por uma das forças em luta, e de conseqüente emergência de focos de resistência.*

### Sem classes, Sem Estado, Sem Sujeito?

Até fins da década de 60, Foucault utiliza como método de pesquisa, a Arqueologia, tendo como objeto correlato o saber. A partir de 1970, delimita um novo objeto de estudo e pesquisa: o poder. À delimitação desse novo objeto corresponde uma postura política que tem, por sua vez, relação direta com o método - genealogia; este, como tudo na nova fase de trabalho, é redefinido.

Essa relação entre método e postura política, observa-se em pelo menos duas definições da genealogia: "Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais" (Foucault, 1979: 171). Em outro momento, diz: "Parto de um problema nos termos em que ele se coloca atualmente e tento fazer disso a genealogia. Genealogia quer dizer que levo a análise de uma questão presente" (Foucault, 1984: 81).

O estudo do poder, tal como é empreendido por Foucault não se enquadra no esquema marxista das análises sobre o tema. Ou seja, não parte de uma perspectiva que tem como espaço de pesquisa a relação capital-trabalho (Foucault, 1983). O histórico das lutas, que será

\* Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

inventariado através da ótica genealógica do poder, não se traduz no histórico da luta de classes: sua pesquisa não se faz à luz da trajetória delineada pela posição histórica entre burguesia e proletariado no jogo da correlação de forças. Em suas palavras:

Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o 'privilegio' adquirido de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma proibição, aos que 'não têm'; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança (Foucault, 1983: 29).

Para Foucault tais relações se aprofundam, se disseminam na trama das relações sociais e, sem assumir apenas as formas jurídicas nas relações de tipo formal entre Estado e cidadão, se localizam para além das formas jurídicas e da "fronteira das classes" (Foucault, 1983: 23). Isso não significa que, através do estudo que empreende, não se possa ver desenhar uma luta histórica em uma perspectiva marxista de análise, entre classes dominantes e dominadas. Entretanto, não é esse o ponto de partida das suas análises. O espaço em que se materializa sua análise é o das "práticas sociais"<sup>1</sup>, entendidas estas como a multiplicidade das relações sociais que marcam um determinado período histórico, independente de qualquer *a priori* que trace, no seio dessa multiplicidade, uma hierarquia entre relações de natureza distintas.

Do ponto de vista metodológico, essa postura delineia um estudo que não faz distinções entre práticas maiores e menores (Foucault, 1973: 11-12), científicas ou não-científicas, religiosas, políticas, econômicas, culturais, ou de qualquer outra natureza. Esse viés metodológico permite que sua análise não parta de um lugar específico, que, na estrutura social, funcione como *locus* do poder (Foucault, 1983: 268). Tomando como ponto de partida as práticas sociais, o poder emerge como sistema de relações diversas, impossível de ser cristalizado como um conceito fechado, uma teoria geral ou um objeto acabado (Foucault, 1984: 80). Daí, Foucault dizer que o poder, enquanto tal, não existe; o que existe são relações de poder (Foucault, 1979: XVI).

Fazer uma "analítica do poder", partindo das práticas sociais, o leva a ver as relações de poder como relações que só se produzem vinculadas a um campo de produção de saber. Para ele, as práticas sociais engendram

domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito

com o objeto, (...) a própria verdade tem uma história (Foucault, 1973: 5-6).

É nesse sentido que, para empreender uma análise das relações de poder, não se deve partir de um sujeito de conhecimento, uma vez que este deve ser entendido como fruto de transformações históricas inscritas no domínio das relações entre poder e saber (Foucault, 1983: 30).

### Ritual de Lei e Arbítrio

A análise positiva do poder, relacionando-a com a produção de domínios de saber, pode ser claramente visualizada na distinção que Foucault faz de uma mudança na natureza das relações de poder no período da transição do poder soberano ao poder disciplinar<sup>2</sup>.

No regime feudal, onde vigoram as relações de poder soberano, os sujeitos históricos predominantes nas relações de poder serão o soberano e o súdito. Grosso modo, é possível dizer que a autoridade do soberano não era questionada, uma vez que sua legitimação respaldava-se nas suas origens de família, nos laços sangüíneos e, ainda, na "descendência divina". As relações de poder são de tipo direto, obedecendo a uma economia de força, onde a figura do rei-soberano, encarna a lei, e esta varia conforme circunstâncias, vontades, desejos, interesses que não obedecem a nenhum tipo de legalidade proveniente de qualquer acordo jurídico firmado com os súditos. Qualquer confronto ou dano é tomado como uma violência dirigida ao príncipe, podendo este exercer seu poder em relação ao súdito que quase totalmente destituído de condições objetivas de defesa, não tem, em termos políticos, possibilidade de argumentação ou barganha. Nessas ocasiões, muito mais que o cumprimento da lei ou estabelecimento da justiça, o que se vê é a reativação do poder do rei (Foucault, 1983: 46).

Se não for através dessa forma de confronto direto - soberano/súdito -, o poder soberano tem muito poucas condições de exercer seu controle sobre as ações dos súditos em sua totalidade.<sup>3</sup> Falta-lhe os mecanismos da "microfísica do poder" que se exerce nos espaços ínfimos do corpo social, de forma onipresente e invisível, libertos da dependência física de um indivíduo específico: a figura do rei.

Essa descontinuidade no exercício do poder, que impede o controle eficaz disseminado no corpo social, agrava-se, mais pelos choques com as forças políticas do clero e da nobreza. Isso deixa entrever a precariedade de planejamento no exercício da função política do governo soberano, o que funciona como diferenciador das relações de poder na função política de governo nas sociedades modernas. Haja vista a variedade de procedimentos jurídicos existente, a variedade de 'justiças' que obedecem a interesses diversos e descontínuos. Existem as jurisdições religiosas, as justiças dos senhores, as que executam os próprios magistrados, e a do rei que,

"inconstitucionalmente", pode-se sobrepor a todo e qualquer procedimento regular (Foucault, 1983: 73). Em face de tal dinâmica, o poder soberano não consegue fazer uma economia das relações de poder que some forças, conjugue interesses, compartilhe objetivos, elabore estratégias e táticas comuns, tornando-o mais forte e permitindo uma estabilidade necessária à sua reprodução.

Economicamente, a soberania do rei se mantém por uma relação primitiva através da extração de impostos, cobrança de taxas, tributos, guerras, e outras formas de acumulação do que se pode chamar de uma "economia de extorsão". Essa atitude é típica de um poder que não acumula reservas econômicas, não faz um investimento na sua reprodução e não encara os homens como 'mercadoria', fonte de trabalho geradora de riqueza. Não há, nesse sentido, um investimento político-econômico do poder soberano em relação aos súditos. Se se pode chegar a dizer que há algum investimento, este tem, basicamente, a marca da negatividade. Marca de uma relação caracterizada pela extração, redução, subjugação, das forças do súdito até a sua impotência, que indica, por si, os limites desse tipo de manifestação do poder (Foucault, 1983: 50). Acostumados a uma "política de força" e uma "economia de extorsão", as formas de expressão de descontentamento e insatisfação dos súditos em relação ao poder soberano se verificarão com uma mesma intensidade, através de sublevações violentas, através do que vão ficando cada vez mais claras as diferenças entre as diversas camadas da população.

### O Corpo Produtivo como Escultura Histórica

Pela sua própria característica de poder "que excede", descontínuo, sem planejamento, sem um corpo técnico-administrativo capacitado, e sem autonomia para fazer a gestão de um crescimento generalizado que marca a transição do século XVIII ao XIX, o poder soberano tenderá a extinguir-se.

Em meio a esse crescimento generalizado, múltiplo e diversificado e às lutas em toda a Europa pela unificação de seus Estados, surge em cena o Estado Moderno, o qual tem, como um de seus traços principais, a criação de um "aparelho" como instrumento básico à gestão política das relações, e uma progressiva impessoalidade no comando político. É o surgimento de um Estado que cria, divide, especifica, tecnicifica e especializa, colocando-se como gestor de algo que é também novo, e que emerge como necessidade correlata a todas estas mudanças: a "ordem social" (Foucault, 1982: 69-93). Surgimento de uma máquina técnico-administrativa, diferente do corpo de funcionários existente no poder soberano, que sem qualquer autonomia, está à mercê da vontade do rei. Máquina administrativa que terá, como função, a organização de serviços eficientes e funcionais aos interesses dos cidadãos, viabilizada por uma autonomia que lhe é inerente, e pela interrelação entre suas várias instâncias. Nesse processo interdependente, onde os diversos tipos de

crescimento criam necessidades novas, exigindo mutuamente uma adequação e funcionalidade na organização das atividades referentes à gestão da ordem social, a sociedade disciplinar dá origem a complexos processos históricos de natureza econômica, jurídico-política, científica, ao mesmo tempo em que tem nos mesmos sua condição de surgimento (Foucault, 1983: 191).

O crescimento dos aparelhos de produção, possibilitado pela ampliação do mercado mundial, através da acumulação do capital propiciada pelo desenvolvimento econômico do Ocidente, estabelece com a população um tipo de relação econômica distinta da existente no sistema produtivo anterior. No sistema industrial emergente, a relação econômica se redefine não só pelo advento industrial em si, mas, paralelamente, pelo estatuto jurídico de propriedade privada que assume a terra. Nesse momento, o mercado de mão-de-obra livre é fundamental para atender às exigências de uma organização da produção onde a terra passa do uso agrícola intensivo à fonte de produção de riqueza através de outros usos. Bem como é também fundamental ao atendimento das necessidades criadas pelo comércio e indústria. Concomitante a esse quadro, o crescimento demográfico precisa ser organizado. Em um tipo de sociedade onde o homem adquire valor mercantil, é preciso assegurar as condições de sua reprodução frente aos riscos eminentes que se apresentam de forma geral como doenças, escassez de alimentos, epidemias, etc. Por isso,

Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da 'população'; como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe. (...) No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de mortalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos,... (Foucault, 1984c: 28).

É preciso transformar essas multidões confusas, inúteis, em multiplicidades organizadas, adequando-as aos requisitos político-econômicos necessários à sociedade disciplinar. Para tal, organiza-se, em torno do indivíduo, todo um campo de saber. Seja estabelecendo um novo sistema de troca, de valor monetário, seja na qualificação técnica das aptidões, seja em relação ao aspecto biológico. Em todos os sentidos, um saber técnico começa a cuidar da vida. A vida, em um sentido amplo, passa a ser objeto de cuidado e estudo: o homem inaugura, consigo mesmo, uma nova relação. A necessidade que se põe como premente é a de fazer a economia dos diversos crescimentos: a gestão dessas novas formas de relações. É preciso dar conta da população e, ao mesmo tempo, atender aos aparelhos produtivos. Urge conseguir coordenar crescimento populacional e crescimento dos aparelho de produção.

Essa coordenação deve, antes de tudo,

ajustar (...) a multiplicidade dos homens e a multiplicação dos aparelhos de produção (e como tal deve-se entender não só 'produção' propriamente dita, mas a produção de saber e de apúdhões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva com o exército) (Foucault, 1983: 192).

Esse ajuste deve, contudo, obedecer ao requisito de produção de um corpo útil do ponto de vista técnico, ao mesmo tempo em que politicamente limitado em suas forças. O poder deve-se exercer sobre o indivíduo, dissecando-o, fazendo com que perca sua dimensão de indivíduo total, fazendo com que este perca, de certa forma, o controle sobre si próprio.<sup>4</sup> Em suma, não deve haver correspondência entre o crescimento do corpo produtivo, ou seja, do homem qualificado do ponto de vista produtivo, e o homem como ser político. Ao poder disciplinar interessa que essas duas dimensões do homem se expressem em sentido inverso.

Para responder a essa necessidade político-econômica é preciso que se desenvolva todo um campo de saberes, técnicas, procedimentos, normas, valores, etc., que tenha condições objetivas de viabilizar a meta do "controle com utilidade". A partir desse momento, o homem, que antes "escapava ao olhar" descontínuo do soberano, será agora observado, examinado, controlado, classificado em arquivos e procedimentos, distribuído e fixado em espaços determinados. Desse modo, em sua multiplicidade, esse homem poderá ser observado e analisado de forma sistemática e planejada. Todo um conjunto de saberes históricos constituíram as condições de conhecimento necessárias para o desenvolvimento desse controle sobre o homem, onde entram, em relação de interdependência, a medicina, a arquitetura, a economia, a psiquiatria, a pedagogia, o direito, entre outros.

O processo produtivo emergente exige que (paralelamente a seu crescimento e concentração) os homens sejam cada vez mais transformados em fonte de força com o mínimo de inconvenientes e dispêndio. É preciso empreender uma economia de continuidade e permanência que permita controlar os espaços 'vazios', preenchendo-os de acordo com as necessidades dos diversos crescimentos. Essa política da continuidade e permanência deve produzir um homem dócil politicamente, útil economicamente, o qual o tipo de poder anterior não tinha condições objetivas de produzir. Nesse sentido, os homens que irão às fábricas deverão ser qualificados do ponto de vista técnico, saudáveis e 'normalizados' do ponto de vista médico-psiquiátrico, obedientes do ponto de vista jurídico, produtivos do ponto de vista econômico, divisíveis do ponto de vista administrativo, localizáveis do ponto de vista arquitetônico, moralizados do ponto de vista religioso. Necessidades que se criaram uma às outras, e que constituem um dispositivo histórico onde não é possível detectar uma intencionalidade, um sujeito responsável, sequer datar seu momento exato de origem ou um

elemento predominante na sua determinação (Foucault, 1979: 243-276, 1984c: 90-1).

A anatonomia dessa nova forma de poder tem, como característica suprema, a sua fragmentação em formas diversas de saberes, relações, técnicas, discursos, etc., que funcionam em uma dinâmica de constante 'construção' de um homem sempre 'novo', 'atualizado', adequado às evoluções e revoluções da técnica e dos costumes, normas e valores, constantemente criados e recriados.

Quando Foucault menciona a existência de uma sociedade disciplinar, está se referindo às sociedades modernas que reorganizaram a dinâmica das relações sociais sobre a base das disciplinas. Onde o poder, que antes se exercia em bloco de cima para baixo em relação ao "corpo social", não esteja, necessariamente, situado em nenhum ponto fixo. Mas sim disseminado na própria trama dessa dinâmica. Organizada essa disciplina em face de tal dinâmica seu uso como instrumento de poder pressupõe um caráter histórico. Pressupondo ainda desenvolvimento e adequação de acordo com as necessidades surgidas a partir de situações e circunstâncias históricas concretas e independentes da vontade dos homens. Ao referir-se a essa evolução, Foucault assinala que foi durante a idade clássica que o corpo foi descoberto como objeto e alvo de poder. E que as disciplinas já existiam como procedimento técnico adotado há muito tempo em conventos, exércitos, oficinas. Existiam, entretanto, sob uma forma 'elementar' de controle, onde o corpo é tratado como uma massa indissociável.

Na sociedade disciplinar, as disciplinas inauguram uma nova forma de investimento do poder sobre o corpo. As disciplinas irão se caracterizar pela relação produtiva com o corpo, levando em consideração as especialidades, e a necessidade de que sejam úteis.<sup>2</sup> Assim irá operar uma decomposição do corpo através de procedimentos de estudo, análise e diferenciação detalhados, que individualizam o homem em uma perspectiva crescente de maior controle sobre seu 'uso', sobre suas atividades e ações. A individualização do homem através das disciplinas permite que ele possa ser utilizado ao mesmo tempo como massa individualizada, e como unidade, sendo 'adequado' e 'ajustado' a situações e necessidades particulares. Sendo assim, é possível, a partir da individualização do corpo em um mesmo movimento, tornar os homens massa homogênea e massa diferenciada, tanto mais úteis quanto mais sirvam a interesses, quer sejam eles de ordem político-econômica quer de ordem estritamente econômica ou política. Diferente da visibilidade que se tinha da figura do soberano com as disciplinas, essa visibilidade incidirá sempre, cada vez mais, sobre o corpo social na medida em que este se torna mais anônimo nos pontos em que, outrora, funcionava como "centro de poder".

No momento de emergência da sociedade disciplinar, com sua necessidade de coordenar o crescimento demográfico com a nova forma de organização da produção em seu ritmo acelerado, as

disciplinas estarão muito mais voltadas às necessidades do capitalismo, do ponto de vista mais direto e estrito da produção econômica. Suas formas e anatomia são ainda bastante visíveis e elementares. Dirigem-se, basicamente, ao corpo como unidade física, sem deixar, logicamente, de produzir efeitos de outra ordem, como a moralização das condutas, o respeito aos regulamentos, a neutralização de situações inconvenientes, a obediência às autoridades. Contudo não têm ainda, nos primórdios de sua emergência, a feição que irão assumindo paulatinamente, qual seja: de um conjunto de métodos de uma 'leveza' praticamente invisível.

No primeiro momento do capitalismo, tanto nas fábricas quanto nas escolas, a produção do indivíduo está centrada na preocupação com corpo físico:

Nas fábricas que apareceram no fim do século XVIII, o princípio do quadriculamento individualizante se complica. Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias. É preciso ligar a distribuição dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividade na distribuição dos 'postos'. (...) no começo da Revolução, a finalidade prescrita ao ensino primário será, entre outras coisas, 'fortificar', 'desenvolver o corpo', 'dispor a criança para qualquer trabalho mecânico no futuro, dar-lhe uma capacidade de visão rápida e global, uma mão firme, hábitos rápidos (Foucault, 1983: 132 e 185).

O poder disciplinar já atingiu, nos primórdios do capitalismo, o estágio de uma máquina múltipla, mas ainda não independente. Seu funcionamento ainda exige certos procedimentos pouco econômicos, pesados do ponto de vista da obtenção da eficácia. O controle e a vigilância, quando necessitam investir em espaços além dos restritos a uma instituição específica, o fazem lançando mão de sujeitos que se deslocam até os espaços visados, sendo bem definida a posição daquele que controla e daquele sobre quem se exerce o controle. Isso não significa que esse tipo de procedimento tenha desaparecido.

### A leveza de um poder quase invisível

A sociedade capitalista, no curso de seu desenvolvimento, irá aperfeiçoar cada vez mais a tecnologia disciplinar. A disciplina, em sua expressão inicial de tecnologia do poder, se exerce sobre o indivíduo de forma densa. Essa manifestação como simples "física do movimento" mais diretamente ligada à produção econômica em sua forma ritual é, necessariamente, dependente de indivíduos que garantam sua eficácia. Evoluindo como tecnologia do poder, será, paulatinamente, substituída por formas novas, mais sutis, mais leves e avançadas em termos físico-anatômicos, estando respaldada por uma variedade de saberes. Progressivamente assumirá o caráter de

tecnologias científicas que lhe permitirão infiltrar-se em todo o corpo social.

Se se pode dizer que, no momento anterior, já existe uma "microfísica do poder", na atualidade mais que em qualquer outro momento, essa expressão se materializa e assume toda a sua força. Como expressão moderna de exercício do poder, a 'microfísica' permite exercer um domínio eficaz do indivíduo. Como conjunto de técnicas históricas que vêm atuando sobre o homem, produzindo-o, a disciplina assume uma dinâmica preventiva. Haja vista que os próprios homens inscrevem, em si mesmos, os controles, as limitações, as condições necessárias e suficientes a sua sujeição (Foucault, 1983: 111 e 190). a dinâmica preventiva que agora é colocada em funcionamento na defesa da "ordem social" é tanto viabilizada pela inscrição do controle nos próprios e pelos próprios 'cidadãos' quanto é operacionalizada por uma série de dispositivos, de saberes específicos detidos por especialistas. Esses saberes estão autorizados a detectar e exercer uma ação controladora sobre indivíduos e situações tidas como disfuncionais ou que apresentam qualquer ameaça ao "interesse comum".<sup>6</sup>

A onipresença que singulariza a "microfísica do poder" nesse momento das sociedades modernas (permitindo a disseminação de controles por todo o corpo social) corresponde a uma introjeção das disciplinas nos espaços ínfimos, tidos como menores. Uma vez tendo sido introjetadas, ou seja, estando "em cada um", as disciplinas não se restringem mais ao espaço físico das instituições.

Independente da ação formal de uma instituição (sentido estrito do termo), o controle se exerce, disseminando-se em todo o "corpo social". Essa desinstitucionalização da disciplina responde a um triplo movimento: a) é possibilitada por representações que se construíram historicamente a partir de valores, discursos etc., que foram, progressivamente, interiorizados pelos homens; b) é reconstruída constantemente pelas representações a partir do momento histórico presente; c) é materializada em técnicas e instrumentos concretos.

É interessante notar que essa desinstitucionalização, como instrumental do "poder microfísico", assume condição de "procedimento normal", 'usual', algo como que inerente à dinâmica das relações sociais, fazendo passar despercebido o aspecto intrínseco da dominação. O que é isso senão a leveza de uma dominação que se exerce pelo saber? Dominação que, constituindo campos concretos de relações de saber-poder, consegue enredar os homens na horizontalidade e verticalidade da trama microfísica do poder. Isso porque esses saberes, em sua constituição, traduzem necessidades concretas, sejam elas políticas, econômicas, culturais, sociais, jurídicas, ou de qualquer outra natureza. Essa relação entre saberes e necessidades faz parte de um conjunto de estratégias que corresponde à própria realidade histórico-política de um tempo, do qual todos são igualmente estrategistas; onde não é possível buscar "entidades poderosas" como "um centro de poder", "um sujeito único", "uma

classe responsável", uma intenção geral, "uma estratégia global" (Foucault, 1979: IX-XXV; 1984c: 88-97).

A exemplo da materialidade em técnicas concretas e precisas, Foucault cita o exame (Foucault, 1983: 164-71) como uma "técnica delicada onde estão comprometidos todo um campo de saber e um tipo de poder". O exame como técnica de exercício de poder e produção de saber combina uma variedade de procedimentos de vigilância e controle sobre o indivíduo. Pressupõe uma situação onde um sujeito, uma instituição ou um dispositivo, a partir de uma posição diferenciada, desempenhará uma função de "autoridade examinante" em relação a um sujeito a ser submetido à autoridade.

No exame, a visibilidade de quem sofre a ação é total. Visibilidade que incide não só sobre a situação do sujeito examinado no momento presente, mas que também busca estender-se a um raio mais amplo perguntando, questionando, observando, classificando, registrando, revelando relações que são mesmo anteriores ao momento em questão: é o passado do qual se faz levantamento, são as convicções a respeito das quais se quer saber ou ter certeza. Por sua vez, esse exame da autoridade que estende o "olhar perito" ao passado e ao presente cria, nesse processo-ritual, as condições de continuidade futura de sua reprodução como tecnologia de poder.

Entre as instituições mais clássicas dessa engrenagem microfísica, a escola é um exemplo plástico. Em sua função social de produtora e transmissora de saber é, já em si, a personificação do ritual do exame. Nela, inseridos como sujeitos capacitados para o controle e a vigilância através da transmissão de disciplinas específicas, estão os professores. Como sujeitos a 'sofrerem' a ação dessa transmissão, estão os alunos, que, no caso da Universidade, diferentemente da escola primária, estão ali encarnando uma hierarquia e um *status* adquiridos na transposição de procedimentos de exames anteriores. No caso da Universidade, exemplo fértil, essa trama examinatória é quase infinita, ou, pelo menos, não se pode saber se é finita, não se pode detectar nela um ponto de origem, nem um ponto terminal. É interessante notar como, nesse espaço do saber, a cadeia do poder-saber se reproduz e se esforça em um movimento em que examinadores ocupam, dependendo das circunstâncias, o lugar de 'examinados' e vice-versa.

Essa dinâmica circular onde todos são investidos de um saber-poder ou poder-saber (Foucault, 1984c: 29-30) que parece sufocar e se enredar em si própria sem que dela se possa sair, traz em si mesma seus focos de resistência, de insurreição, onde, se todos são investidos de saber-poder, todos parecem investir contra todos nessa mesma perspectiva, munidos e autorizados por esse mesmo poder-saber. Assim, a relação microfísica poder-saber, ao mesmo tempo em que se exerce nos espaços 'inconfessáveis', produz seus focos de resistência, de poder.

No mesmo movimento através do qual o saber fraciona o poder, permitindo que penetre em espaços ínfimos de onde provém sua força

anônima, produz sua fraqueza. Se são infinitesimais os pontos onde o poder-dominação se inscreve e penetra, são também infinitesimais os focos de resistência que se criam. Se não é possível detectar uma estratégia global de dominação, na mesma proporção não é possível detectar uma estratégia global de resistência, ou seu ponto central. O infinitesimal que enlaça a tudo e a todos nas malhas do poder, pode ser, ou parece ser, o mesmo que possibilita o desenlace dessas malhas, abrindo sempre perspectivas de resistência. Essa forma circular da rede de poderes indica que sua reversão não se situa apenas como uma questão de opção política. Sua reversão não é uma trama que se rompe apenas por uma intervenção consciente de crítica dos processos de dominação vigente.

### O dito e o não-dito do poder: a análise circular através do dispositivo

Essa forma de análise circular do poder - detectando elementos diversificados que entram na sua reprodução a partir da emergência de campos de saberes, de necessidades concretas, de uma materialidade que recobre os processos históricos de dominação, e que demonstra não ser produção meramente ideológica - é feita através de um instrumento teórico-metodológico que Foucault denomina de dispositivo.

Esse dispositivo seria

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1979: 244).

Vê-se que a utilização do dispositivo como instrumento teórico-metodológico na análise das relações de poder está em consonância com a precaução metodológica de não buscar um centro do poder, um sujeito do poder, uma estratégia global, uma intenção geral. A dinâmica do dispositivo, do ponto de vista histórico, não reconstitui a trajetória de fatos históricos de lutas e confrontos em uma perspectiva restrita à relação entre 'dominantes' e 'dominados'. Nem tampouco reconstitui esse histórico das lutas apenas na perspectiva de uma ou de outra dessas forças. Todo o seu esforço é o de, sem partir de nenhuma dessas evidências históricas encontradas na "historiografia convencional", reconstituir toda uma trama de relações de uma época, tentando ver aí como se constituíram domínios de relações, campos de saberes, que se inscrevem como a trama das relações de poder de uma época ou que, assumindo materialidade, extrapolam-na em seu momento histórico restrito.

A microfísica do poder encontra no dispositivo, sem dúvida, um instrumental microfísico de análise. Sem incidir sobre qualquer dos elementos heterogêneos do dispositivo nenhum juízo de valor hierarquizante, Foucault poderá resgatar aspectos e saberes fundamentais do ponto de vista das relações atuais de poder, desvendando dados que expliquem, pelo menos em parte, algumas razões históricas dos processos de sujeição.

A medida que esse resgate histórico é feito, ele pode fazer surgir novas interpretações fazendo-as funcionar como elementos de oposição à forma como se estruturam as atuais relações de poder. Ou seja, trata-se da "utilização deste saber nas táticas atuais" (definição por ele dada à genealogia). Isso é o que ele faz ver quando analisa a razão da suavização das punições como técnica de poder. Sua conclusão é que tal suavização não correspondeu tanto ao discurso de humanização da justiça no exercício do poder punitivo, mas teve, como uma das causas determinantes, a elaboração de um saber sobre o homem, que o tornou objeto de um discurso com *status* científico (Foucault, 1983: 26-7). Discurso este elaborado através da instituição penitenciária, que, em sua função moderna de correção do indivíduo, estende, sobre todo o "corpo social", uma rede de controle (Foucault, 1983: 97-8).

Outro aspecto que caracteriza o dispositivo é a função estratégica que pode ter em determinado momento histórico. Atendendo a uma necessidade concreta, uma cadeia de elementos diversos, o dispositivo pode funcionar de modo a criar uma rede de relações que possibilite atender à exigência de controle (ou de qualquer outra natureza) frente a uma situação específica. Por ser, entretanto, uma rede de elementos heterogêneos que mantém articulação entre si, com relativa independência de uns em relação aos outros, um dispositivo que tem como função, na sua origem, atender a uma situação específica, pode, progressivamente, ir assumindo (tanto no nível do funcionamento geral, quanto no nível dos elementos em separado) novos conteúdos, novas funções, recobrando novos campos. A isso Foucault se refere quando aborda as estratégias de fixação dos operários no local de trabalho, dispositivo criado para evitar a mobilidade no emprego e para o qual se elaboraram técnicas variadas como pressão para o casamento, fornecimento de alojamentos, práticas de endividamento, construção de cidades operárias. Paralelamente a essas técnicas são formados discursos filantrópicos e de moralização da classe operária (Foucault, 1979: 252). Progressivamente, toda essa teia se dissemina no "corpo social" e ganha novas formas. Os elementos originais que a compunham se relacionam com outros elementos também novos, e se redefinem, desenhando um "quadro dispositivo" totalmente diverso do original.

Esse potencial que tem o dispositivo de redefinir seu conteúdo e forma originais, e a relativa autonomia que têm seus elementos mutuamente, em face de seu funcionamento interno, fazem dele uma possibilidade de perpétuo "preenchimento estratégico". Ou seja, o

dispositivo, como produto de relações de poder, não garante exclusividade de utilização, de manipulação, a nenhum sujeito específico, a nenhum objetivo ou intenção única. Assim, em um momento histórico específico, um dispositivo que não foi necessariamente criado por uma classe ou um sujeito determinado, quando investido por um discurso específico, pode resultar em um efeito contrário ao esperado. Nesse sentido, poderá produzir resultados sobre os quais não se tem controle, e que podem ser apropriados por forças opostas. Isso, do ponto de vista do poder, significa possibilidade concreta de resistência e elementos para elaboração de estratégias e táticas de luta.

Fiel a seu procedimento de reconstituir a trama dos poderes através da rede heterogênea do dispositivo, Foucault mostra como, no século XVIII, uma literatura popular de folhetim tinha como função uma propaganda contra o crime, que objetivava pressionar os processos de punição, ao produzir uma imagem do criminoso através de narrativas difamantes. Entretanto, enquanto elemento de um dispositivo no nível de sua ressonância em face da população, os resultados obtidos são contraditórios, havendo uma reversão do objetivo para o qual o dispositivo fora criado. A função de difamação que deveria ter perante o público é esvaziada. Haja vista que os criminosos descritos na literatura, que se insurgiam "contra a lei, contra os ricos, os poderosos, os magistrados, a polícia montada ou a patrulha, contra o fisco e seus agentes", identificam-se com a maioria da população pobre e oprimida (Foucault, 1983: 59-61).

As relações de poder e de saber, ao mesmo tempo em que são produzidas pelo homem também o produzem. A propósito disso, é interessante chamar atenção para o caráter interdisciplinar que marca historicamente a microfísica do poder. Através de dispositivos diversos, foi sendo construído paulatinamente esse saber sobre o homem, tomado enquanto sujeito-objeto de tais relações. Essa interdisciplinaridade evoluiu, garantindo, cada vez mais, a eficácia de controle sobre o homem através de discursos científicos e saberes especializados. É sempre no sentido de conhecer o homem, de controlá-lo, de prever sua evolução, de torná-lo objeto científico, de individualizá-lo, de classificá-lo, de torná-lo útil, enfim de investi-lo de determinada forma e produzi-lo em vista de um objetivo de ordem política, que o poder se exerce, que o saber se produz (Foucault, 1983: 27-8). Seja visando ao corpo físico ou ao corpo-representação, à "alma", como Foucault diz em certo momento, é sempre o homem - suas práticas - que se quer atingir. Esse é, definitivamente, um aspecto que garante flexibilidade à dinâmica do dispositivo, atribuindo-lhe uma considerável margem de risco, impedindo um grau de previsão total sobre a eficácia de um novo elemento que se queira introduzir em um dispositivo já existente. Esses aspectos afirmam ainda mais, o potencial de resistência que pode ser criado em torno, ou a partir, de um determinado dispositivo.

Isso, por sua vez, significa, ainda, que o dispositivo não pode ser identificado como uma estratégia de dominação. Nesse sentido, Foucault mostra, em *A Vontade de Saber*, o dispositivo da sexualidade, que como discurso moralizante, exerceu-se primeiramente em função das classes dominantes e só posteriormente foi estendido às classes trabalhadoras (Foucault, 1984c: 115-23).

O fato de que possa haver um preenchimento estratégico, em relação ao dispositivo como um todo ou em relação a um de seus elementos específicos, não significa que qualquer efeito contrário desencadeado, seja condição suficiente para que se dê uma apropriação 'automática' do dispositivo por forças opostas, levando a uma conseqüente reversão dos objetivos originais. Para que uma tal possibilidade de apropriação e reversão do dispositivo possa se concretizar, é necessário que as forças opostas tenham condições objetivas para efetivar essa apropriação e reversão: um grau mínimo de organização e capacidade técnica para viabilizar seu projeto político. Em situações como essa, nada impede que haja uma retomada da situação pelas forças em desequilíbrio, uma rearticulação do dispositivo e uma conseqüente continuação da situação de hegemonia das forças originais (Foucault, 1979: 245)<sup>10</sup>.

A idéia de "preenchimento estratégico" já pressupõe em si, um movimento de forças que se opõem. Forças que, em constante luta, reconhecem-se mutuamente, tomam-se em consideração, e organizam-se no sentido de ganhar posições em um campo de luta comum. Luta para preencher os espaços adversários, revertendo contra-ataques que teriam um teor potencial negativo, destrutivo, em espaço produtivo de reforço e de utilização. É preciso, entretanto, ter sempre muito claro que esses ataques e contra-ataques não têm pontos nitidamente localizáveis na sociedade. Surgem de todos os lados, de pontos variados; situam-se nos diversos locais de luta. Todas as forças atacam e contra-atacam. É preciso que isso esteja claro e que não se incorra no engano de supor que o privilégio do ataque situa-se apenas do lado que tem mais condições materiais de exercer um poder de pressão e domínio sobre forças que, objetivamente, encontram-se em situação desprivilegiada na luta.

Essa volatilidade que caracteriza o dispositivo torna-se possível na medida em que \*Foucault permanece fiel ao seu mais polêmico pressuposto metodológico: o de não partir de um sujeito do poder. Todavia, o pressuposto "de não partir de um sujeito do poder" não significa a negação dos atores das práticas sociais das quais parte. Quando fala, que a lógica que nos rege é a da guerra, apontando aí uma dinâmica entre estratégia e táticas, não significa que pense na possibilidade de estratégias vazias de atores, mas sim que a relação entre condições objetivas e subjetivas que compõem o dispositivo possuem tal organicidade, que determinam que a relação entre os atores e suas estratégias na relação com os elementos do dispositivo

\* Artigo recebido em outubro de 1991.

sejam de tal forma, que a estratégia pode vir a se "perder" do ator e aí a conformar-se de forma totalmente distinta da original.

## Notas

- 1 VEYNE, Paul Marie, *Foucault revoluciona a História*, s.n.t., 1978: 159-60. Paul Veyne faz algumas considerações sobre como Foucault trabalha o conceito de prática.
- 2 A análise dessa transição aventada por Foucault em *A verdade e as formas jurídicas* é minuciosamente realizada em *Vigiar e Punir*.
- 3 A esse respeito, Foucault mostra que alguns instrumentos de poder da monarquia absoluta foram utilizados pelos súditos, como as *lettres de cachet* que eram uma espécie de ordem do rei, exercidas como instrumento de punição e que eram solicitados por indivíduos diversos, nas mais variadas situações: "maridos ultrajados", "pais descontentes com os filhos", "uma comuna descontente com seu cura", etc. (Foucault, 1973: 76-7).
- 4 "... Não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente, de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica - movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo" (Foucault, 1983: 126).
- 5 "A disciplina é uma anatomia política do detalhe." (Foucault, 1983:128).
- 6 É o caso da justiça criminal que na mudança de seu procedimento penal chama a si um corpo de técnicos 'capacitados' que dará respaldo a sua função punitiva, a partir de uma rede de saberes interdisciplinares: "O laudo psiquiátrico, mas de maneira mais geral a antropologia criminal e o discurso repisante da criminologia encontram aí uma de suas funções precisas: introduzindo solenemente as infrações no campo dos objetos susceptíveis de um conhecimento científico, dando aos mecanismos da punição legal um poder justificável, não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão ou possam ser" (Foucault, 1983: 22).
- 7 "Fala-se muitas vezes da ideologia que as 'ciências' humanas pressupõem, de maneira discreta ou declarada. Mas sua própria tecnologia, esse pequeno esquema operatório que tem tal difusão (da psiquiatria à pedagogia, do diagnóstico das doenças à contratação de mão-de-obra) esse processo tão familiar do exame, não põe em funcionamento, dentro de um só mecanismo, reações de poder que permitem obter e constituir saber? O investimento político não se faz simplesmente ao nível da consciência, das representações e no que julgamos saber, mas ao nível daquilo que torna possível algum saber" (Foucault, 1983: 165).
- 8 Foucault observa, como, no campo da justiça, essas técnicas produziram um deslocamento do "poder de punir", tomando como base o crime simplesmente, para uma intervenção no nível da criminalidade, ou seja, a elaboração de um saber que busca suas raízes, inventariando as redes de relações do criminoso antes do delito pretendendo assim exercer uma punição preventiva, objetivando garantir a reinserção na ordem social, e a evolução do comportamento futuro do detento. Neste sentido ver: Foucault, 1983: 21-26, 91 e 111-112.

- 9 Essa independência dos elementos do dispositivo em relação a um funcionamento geral, integrado entre os vários elementos, é possível na medida em que os vários elementos individualmente podem criar saberes e campos de relações que já engendram em si uma dinâmica de novos dispositivos. Neste sentido, ele escreve: "Tomemos o exemplo da filantropia no início do século XIX; pessoas que vêm se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, da alimentação, da moradia... Mais tarde, desta função confusa saíram personagens, instituições, saberes... uma higiene pública, inspetores, assistentes sociais, psicólogos." (Foucault, 1979: 151, grifo meu).
- 10 Isso pode se ver no desenrolar de maio de 1968 na França: "... o General De Gaulle, que desaparecera (...) volta e pronuncia um discurso vigoroso (...) denuncia o perigo comunista e afirma manter-se no poder. Tal como queria a esquerda, ele dissolve a Assembléia Nacional e anuncia eleições. (...) A partir do 31, as camadas dominantes se retomam..." (Matos, 1981: 77, grifo meu).

## Bibliografia

- BARBEDETTE, Gilles e SCALA, André. "O retorno da moral". In: Michel FOUCAULT. *O dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, pp. 128-38.
- BAUDRILLARD, Jean. *Esquecer Foucault*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- BELLOUR, Raymond. "Um devaneio moral". In: Michel FOUCAULT. *Op. Cit.*, pp. 86-91.
- BOBBIO, Norberto. "A democracia e o poder invisível". In: \_\_\_\_\_. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 83-106.
- BRITO, M. G. *Menor - carente-mulher. Qual o seu presente? Relações de poder em uma instituição de menor*. João Pessoa: MCS-UFPA, 1984 (Dissertação).
- BULLOW, Katharina von. "A arte de dizer a verdade". In: Michel FOUCAULT. *Op. cit.*, pp. 100-02.
- \_\_\_\_\_. "O que é o iluminismo". In: Michel FOUCAULT. *Op. cit.*, pp. 103-12.
- CARVALHO, José Carlos de Paula. "A corporeidade outra". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). *Recordar Foucault: os textos do Colóquio Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 72-93.
- DANTAS, Luiz. "O alienista de Machado de Assis: a loucura e a hipérbole". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). *Op. cit.*, pp. 144-52.
- DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. "Sobre a genealogia da ética: uma visão do trabalho em andamento". In: Michel FOUCAULT. *Op. cit.*, pp. 41-70.
- \_\_\_\_\_. "O estudo do homem". In: Michel FOUCAULT. *Op. cit.*, pp. 119-21.
- ESCOBAR, Antonius Jack Vargas. "Genealogia e política". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). *Op. cit.*, pp. 209-18.
- ESCOBAR, Carlos Henrique de. "A genealogia (Foucault) ou os leninismos na materialização de uma política nietzschiana". In: Michel FOUCAULT. *Op. cit.*, pp. 7-40.
- EWALD, François. "O cuidado com a verdade". In: Michel FOUCAULT. *Op. cit.*, pp. 74-85.
- \_\_\_\_\_. "O fim de um mundo". In: Michel FOUCAULT. *Op. cit.*, pp. 92-99.
- \_\_\_\_\_. "Michel Foucault". In: Michel FOUCAULT. *Op. cit.*, pp. 71-73.
- \_\_\_\_\_. "Le joueur de savoirs". *Liberation*, Paris, 1984.
- FARGE, Arlette. "Frente à história". In: Michel FOUCAULT. *Op. cit.*, pp. 113-18.

- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, 1973 (mimeografado).
- \_\_\_\_\_. *Sobre justiça popular*. Porto: A Regra do Jogo, 1974.
- \_\_\_\_\_. *É inútil se sublevar: um ponto de vista sobre a revolução iraniana*. S.l. Mimeografado, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 7).
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984a.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984b (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 15).
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984c (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 2).
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 16).
- \_\_\_\_\_. e SENNET, Richard. "Sexuality and solitude". In: *London Review of Books*, 1981.
- FRAYZE-PEREIRA, João A. "A loucura antes da história". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 126-35.
- LARA, Sílvia Hunold. "O castigo exemplar dos escravos no Brasil colonial". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 229-38.
- LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos, 24).
- LEBRUN, Gérard. "Transgredir a finitude". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 9-23.
- LOSCHAK, Danièle. "A questão do direito". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 122-24.
- MACHADO, Roberto Cabral de M. *A arqueologia do saber e a constituição das ciências humanas*. Separata da Revista Discursos, 1974. São Paulo, (5).
- \_\_\_\_\_. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981 (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 11).
- \_\_\_\_\_. *História da loucura e crítica da razão*. Rio de Janeiro, mimeo.
- MACHEREY, Pierre. "Nas origens da história da loucura: uma retificação e seus limites". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 47-71.
- MARTON, Scarlett. "Foucault leitor de Nietzsche". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 36-46.
- MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é História, 9).
- MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra* (Trad. Donaldson M. Garschagen). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 (Col. Logos).
- MEZAN, Renato. "Uma arqueologia inacabada: Foucault e a psicanálise". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 94-125.
- MUCHAIL, Salma Tannus. "O lugar das instituições na sociedade disciplinar". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 196-208.
- RAGO, L. Margareth. "De Eva a Santa, a dessexualização da mulher no Brasil". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 219-28.
- RIBEIRO, Renato Janine. "O discurso diferente". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 24-35.
- \_\_\_\_\_. "Foucault: o poder é positivo". *Folha de São Paulo*, 14/04/1985, p. 4-7. Folhetim. São Paulo, (430): 4-7, 1985 (suplemento).
- ROUDAUT, Jean. "Biblioteca imaginária". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 125-57.

- SELEÇÕES READER'S DIGEST. "1968 - Barricadas em Paris". In: *Os grandes acontecimentos do século XX*. Porto, 1979.
- TRONCA, Ítalo A. "História e doença: a partitura oculta (a lepra em São Paulo, 1904-1940). In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 136-43.
- VEYNE, Paul Marie. *Foucault revoluciona a história*. Londres: s.e., 1978.

## Abstract

### *Foucault: Diffuse Powers/Disqualified Knowledge*

*This text examines power in Foucault's work. It briefly situates the "démarche" of his analysis. It is not hinged on the capital/labour contradiction, nor does it posit the state as a central instance of power. It goes on to make brief comments on the difference between sovereignty and disciplinary powers. At this point the author considers "the microphysics of power". Power is seen as a relation in which everybody possesses it and is possessed by it. This leaves us a question: where does the dominion reside? Or should one ask: how does it take effect? Power should be understood in its positiveness, in its capacity for resistance. It thus characterizes a struggle between opposing forces. Thence the eternal possibility of the appropriation of discourses by one of the forces involved in the struggle and the consequent emergence of pockets of resistance.*

## Resumé

### *Foucault: Pouvoirs Difus/Savoirs Disqualifiés*

*Le texte traite du pouvoir en Foucault. Il situe, rapidement, la 'démarche' de son analyse, qui n'a pas comme axe la contradiction Capital/Travail, ni prend l'Etat comme l'instance centrale de pouvoir. Ensuite, est brièvement commentée la différence entre les pouvoirs souverain et disciplinaire, moment où est traité la 'microphysique du pouvoir'. Le pouvoir y est vu comme la relation où tous le possèdent et sont pour lui possédés. Il nous reste la question: où reside la domination? Ou serait-il peut-être mieux de se demander: Comment se rend-il effectif? Le pouvoir doit être compris dans sa positivité et possibilité de résistance et ainsi caractériser une relation de lutte entre des forces opposées. D'oùvient l'éternelle possibilité d'appropriation des discours par une des forces en lutte, et la conséquente apparition d'un focus de résistance.*